



Simulado Final

CPU PE

**Analista De Gestão Em Metrologia E
Qualidade Industrial - Analista Jurídico
Pós-Edital**



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CPU-PE**, cargo de **Analista de Gestão em Meteorologia e Qualidade Industrial - Analista Jurídico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/tWn4H2E4VNiNHT3m7>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/a4BJ>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra*

A gestão ambiental do lixo constitui um dos principais desafios contemporâneos das sociedades urbanas, uma vez que o crescimento populacional, o aumento do consumo e a cultura do descarte intensificam a geração de resíduos sólidos. A administração inadequada desses materiais provoca impactos significativos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, a emissão de gases de efeito estufa e a proliferação de vetores de doenças, tornando indispensável a adoção de políticas públicas eficazes e de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, a gestão ambiental do lixo deve fundamentar-se em princípios como a redução, a reutilização e a reciclagem, priorizando a diminuição da geração de resíduos na fonte e o correto encaminhamento dos materiais descartados. A implementação de sistemas de coleta seletiva, a valorização do trabalho de cooperativas de catadores e o incentivo à logística reversa são medidas essenciais para promover o reaproveitamento dos resíduos e reduzir a sobrecarga sobre aterros sanitários, além de estimular uma economia mais circular e responsável.

Por fim, é imprescindível destacar o papel da educação ambiental como instrumento central para o sucesso da gestão do lixo, uma vez que mudanças estruturais dependem também da conscientização e do engajamento da população. A formação de uma cultura ambientalmente responsável, aliada à atuação integrada do poder público, do setor privado e da sociedade civil, contribui para a construção de cidades mais sustentáveis e para a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

1. Com base nas ideias desenvolvidas no texto, assinale a alternativa correta.
- a) O texto defende que os impactos ambientais decorrentes do lixo são inevitáveis, uma vez que o crescimento urbano impede a adoção de políticas públicas eficazes.
- b) A gestão ambiental do lixo é apresentada como um problema restrito à atuação do poder público, não dependendo do comportamento da população.

c) A educação ambiental é apontada como fator secundário na gestão do lixo, pois as mudanças estruturais dependem prioritariamente de avanços tecnológicos.

d) O texto sustenta que a redução da geração de resíduos, a coleta seletiva e a reciclagem são estratégias centrais para minimizar os impactos ambientais do lixo.

e) A valorização das cooperativas de catadores é considerada irrelevante, já que o texto prioriza exclusivamente a destinação final em aterros sanitários.

2. Assinale a alternativa que traduz corretamente o trecho abaixo, sem alteração de sentido e em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

"A administração inadequada desses materiais provoca impactos significativos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, a emissão de gases de efeito estufa e a proliferação de vetores de doenças."

- a) A gestão incorreta desses resíduos gera impactos relevantes no meio ambiente, a exemplo da contaminação do solo e da água, da liberação de gases de efeito estufa e da multiplicação de vetores de doenças.
- b) A administração desses materiais, quando inadequada, provoca impactos ao meio ambiente, porém restringe-se à contaminação do solo e dos recursos hídricos.
- c) Os impactos ambientais decorrentes desses materiais são provocados exclusivamente pela emissão de gases de efeito estufa e pela proliferação de vetores de doenças.
- d) A administração inadequada desses materiais provoca impactos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, emitindo gases de efeito estufa e proliferando vetores de doenças.
- e) A má administração desses materiais causa impactos ambientais, embora não comprometa o solo, a água ou a saúde pública.

3. Assinale a única alternativa correta quanto à concordância:

- a) O texto associa o aumento da geração de resíduos sólido ao crescimento populacional e à intensificação dos padrões de consumo nas sociedades urbanas.
- b) Os impactos ambientais mencionados no texto limita-se aos prejuízos estéticos causados pelo acúmulo de lixo nas cidades.
- c) Nos grandes centros urbanos, haviam inúmeros desafios relacionados à gestão ambiental do lixo, especialmente quando faltam políticas públicas eficazes e mecanismos de fiscalização contínua.
- d) Discute-se, com frequência crescente nos debates ambientais contemporâneos, as necessidades de rever padrões de consumo e de ampliar a responsabilidade social na destinação adequada dos resíduos sólidos.
- e) É fundamental, para a consolidação de práticas sustentáveis nas cidades, investir de forma permanente em educação ambiental e em políticas integradas de gestão de resíduos.

4. Assinale a opção em que apresente a correta reescrita da oração ‘Todos podem entender verdadeiramente o objetivo do projeto’ na voz passiva.

- a) O objetivo do projeto foi verdadeiramente entendido por todos.
- b) O objetivo do projeto podia ser verdadeiramente entendido por todos.
- c) O objetivo do projeto poderá ser verdadeiramente entendido por todos.
- d) O objetivo do projeto vai ser verdadeiramente entendido por todos.
- e) O objetivo do projeto pode ser verdadeiramente entendido por todos.

5. Assinale a única alternativa correta em relação à regência e ao emprego de pronome relativo.

- a) O projeto **de que** nos referimos durante a reunião ainda depende de aprovação técnica.
- b) As circunstâncias **onde** ocorreram as mudanças exigem uma avaliação mais cuidadosa.
- c) Os princípios **dos quais** se fundamenta a política ambiental precisam ser amplamente divulgados.
- d) A realidade **da qual** o relatório trata revela desafios estruturais persistentes.
- e) As metas **das quais** a equipe direcionou seus esforços foram estabelecidas com base em dados técnicos.

6. É gramaticalmente regular a substituição proposta para o elemento sublinhado na frase:

- a) A administração inadequada desses materiais provoca impactos significativos ao meio ambiente. // os provoca impactos significativos.
- b) tornando indispensável a adoção de políticas públicas eficazes e de práticas sustentáveis. // Ihes tornando indispensáveis.
- c) O aumento do consumo intensifica a produção de resíduos sólidos // intensifica-lhe.
- d) Políticas públicas integradas fortalecem a reciclagem // as fortalecem
- e) A educação ambiental promove mudanças de comportamento // promove-as

7. Está plenamente regular a pontuação da frase a seguir:

- a) A gestão ambiental do lixo impõe às sociedades contemporâneas o desafio de conciliar o crescimento urbano e o aumento do consumo com a adoção, de práticas sustentáveis capazes de minimizar os impactos ambientais decorrentes da destinação inadequada dos resíduos sólidos.
- b) A ausência de políticas públicas integradas e de mecanismos eficientes de fiscalização, contribui para a intensificação de problemas ambientais, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de comprometer a saúde pública nos grandes centros urbanos.
- c) A implementação de sistemas de coleta seletiva, associada ao fortalecimento de cooperativas, de catadores e ao incentivo à logística reversa, revela-se fundamental para a redução do volume de resíduos encaminhados aos aterros sanitários.
- d) A educação ambiental desempenha papel estratégico na formação de uma consciência coletiva voltada para a redução do desperdício, para o reaproveitamento de materiais e para a adoção de hábitos de consumo mais responsáveis.
- e) A construção de cidades ambientalmente sustentáveis depende da atuação articulada entre poder público, setor privado e sociedade civil, bem como do comprometimento, contínuo com a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

8. Por fim, é imprescindível destacar o papel da educação ambiental [...], uma vez que mudanças estruturais dependem também da conscientização e do engajamento da população."

Os conectivos destacados acima expressam, respectivamente:

- a) consequência e causa
- b) conclusão e explicação
- c) conclusão e causa
- d) adversidade e consequência
- e) conclusão e consequência

9. Assinale a alternativa em que a lacuna deve ser corretamente preenchida com "à", segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

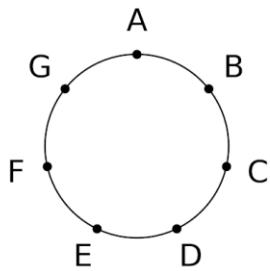
- a) A política ambiental deve ser aplicada ____ longo prazo, com planejamento e fiscalização contínuos.
- b) O relatório foi encaminhado ____ secretaria responsável pela gestão dos resíduos sólidos.
- c) A educação ambiental contribui ____ formação de hábitos de consumo mais conscientes.
- d) Os gestores públicos deram prioridade ____ políticas de reciclagem e reutilização.
- e) O projeto visa ____ reduzir os impactos ambientais causados pelo descarte inadequado do lixo.

10. Assinale a alternativa correta, de acordo com a régência verbal exigida pela norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os gestores ambientais **visaram à** reduzir os impactos causados pelo descarte inadequado de resíduos.
- b) A população **obedeceu** as orientações divulgadas pelos órgãos ambientais.
- c) O relatório **implicou em** mudanças significativas na política de gestão do lixo urbano.
- d) Os especialistas **assistiram ao** aumento da produção de resíduos sólidos nas cidades.
- e) A campanha educativa **informou à** população sobre a importância da coleta seletiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO
Eduardo Mocellin

- 11.** Um sistema automatizado de irrigação controla 7 setores de uma grande plantação, identificados pelas letras A, B, C, D, E, F e G, dispostos em uma configuração circular.



O sistema opera realizando "trocas" sequenciais: ao realizar uma troca, a irrigação passa do setor atual para o setor imediatamente seguinte no sentido horário (exemplo: se está em A, passa para B; se está em B, passa para C; se está em G, retorna para A).

Sabe-se que o sistema partiu de um setor inicial desconhecido e, após realizar exatamente 500 trocas consecutivas, a irrigação parou no setor F.

O setor onde a irrigação estava inicialmente era o:

- a) B.
- b) C.
- c) D.
- d) E.
- e) A.

- 12.** Uma empresa pública pernambucana investiu R\$ 302.400,00 na modernização de seu parque de servidores, valor este que já contempla um desconto de 10% sobre o preço de tabela oferecido pelo fornecedor. O preço de tabela original desse lote de servidores é:

- a) R\$ 332.400,00.
- b) R\$ 334.200,00.
- c) R\$ 336.000,00.
- d) R\$ 337.800,00.
- e) R\$ 339.600,00.

- 13.** Davi, Elias e Fernando são colecionadores de veículos antigos e cada um possui um modelo diferente: um Fusca, um Opala e uma Kombi, não necessariamente nessa ordem, que apresentam velocidades máximas diferentes. Considerando a velocidade máxima atingida pelos veículos de cada um, sabe-se que o dono do Fusca, que é vizinho de Elias, possui o veículo mais lento dentre os três. Adicionalmente, sabe-se que o dono da Kombi possui um veículo mais lento que o de Fernando. De acordo com esse contexto, pode-se deduzir corretamente que:

- a) Davi é o dono do Fusca.
- b) Elias é o dono do Opala.
- c) Fernando não é o dono do Opala.
- d) Elias possui o veículo mais lento dos três.
- e) O dono do Opala não é o dono do veículo mais rápido dentre os três.

- 14.** Considere a seguinte afirmação sobre a cultura pernambucana:

"Todo passista sabe frevar e o Galo da Madrugada é o maior bloco do mundo."

Assinale a alternativa que apresenta a negação lógica dessa proposição.

- a) Todo passista não sabe frevar e o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.
- b) Nenhum passista sabe frevar ou o Galo da Madrugada é o maior bloco do mundo.
- c) Algum passista não sabe frevar e o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.
- d) Todo passista sabe frevar ou o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.
- e) Algum passista não sabe frevar ou o Galo da Madrugada não é o maior bloco do mundo.

15. Um engenheiro agrônomo, ao inspecionar uma grande propriedade rural, identificou que um talhão de 59 hectares estava infestado por uma praga específica. Para controlar a infestação e garantir a sanidade da lavoura, foi determinado o tratamento com um defensivo agrícola especial. O protocolo técnico exige a realização de 3 aplicações completas (pulverizações) em toda a área afetada. Ao consultar as especificações do produto, o engenheiro verificou que um tambor do defensivo possui um rendimento suficiente para cobrir 66 hectares por aplicação.

Neste caso, a quantidade mínima de tambores que deverão ser adquiridos para realizar o tratamento completo será de:

- a) 4 tambores.
- b) 2 tambores.
- c) 3 tambores.
- d) 5 tambores.
- e) 1 tambor.

16. Uma transportadora precisa distribuir a entrega de 50 encomendas grandes entre seus 6 caminhões disponíveis. Foi estabelecido que cada encomenda deve ser alocada em apenas um caminhão. Ao final do carregamento, todos os caminhões receberam cargas e todas as encomendas foram distribuídas. Desta forma, é correto afirmar que:

- a) quatro caminhões levaram 7 encomendas e dois caminhões levaram 11 encomendas.
- b) um dos caminhões levou exatamente 10 encomendas.
- c) todos os caminhões levaram, cada um, pelo menos 5 encomendas.
- d) um dos caminhões levou somente 2 encomendas.
- e) pelo menos um dos caminhões levou 9 encomendas ou mais.

17. Considere verdadeiras as seguintes afirmações sobre a gestão de uma grande obra de engenharia:

- Se a fundação for reforçada, então o cronograma não atrasará.
- Ou a equipe foi treinada, ou os materiais são importados.
- Se os materiais não são importados, então o cronograma atrasará.
- A equipe foi treinada.

A partir da veracidade das afirmações, conclui-se corretamente que

- a) a fundação foi reforçada ou os materiais são importados.
- b) a fundação não foi reforçada e o cronograma não atrasará.
- c) o cronograma não atrasará e a equipe foi treinada.
- d) a fundação não foi reforçada e os materiais não são importados.
- e) a equipe foi treinada e a fundação foi reforçada.

18. Um sistema de monitoramento registra a altitude de um drone, em metros, a cada minuto. A sequência abaixo apresenta os registros iniciais desse monitoramento, que seguem um padrão lógico rigoroso:

50; 59; 69; 78; 88; 97; 107; 116; 126; 135; ...

Sabendo-se que o 42º registro de altitude foi de 439 metros, a diferença entre o valor do 45º registro e o valor do 39º registro, nessa ordem, é igual a

- a) 37.
- b) 29.
- c) 19.
- d) 57.
- e) 46.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Stefan Fantini*

19. O chefe do Poder Executivo do Município Alfa decidiu nomear um artista conhecido para um cargo em comissão na administração local. Durante a conversa, deixou explícito que a nomeação só ocorreria se o músico realizasse uma apresentação particular em uma data comemorativa da família do gestor, já que sua cônjuge é admiradora do trabalho do artista.

Considerando os modelos de administração pública, essa conduta — na qual o Estado é utilizado como instrumento de interesses pessoais do detentor do poder — é característica do modelo:

- a) patrimonialista
- b) gerencial
- c) burocrático
- d) democrata
- e) pós-burocrático

20. No âmbito do modelo burocrático, há um tipo de autoridade cuja legitimidade decorre do ordenamento jurídico: a obediência se dá por causa da validade das normas, das regras formais e da disciplina. Esse tipo de dominação é denominado:

- a) compulsória
- b) racional-legal
- c) tradicional
- d) institucional
- e) carismática

21. Em administração pública, o termo accountability remete à noção de que:

- a) há atenuação das fronteiras entre o patrimônio público e o patrimônio privado.
- b) a prioridade deve recair sobre o controle dos meios e procedimentos.
- c) o agente público tem o dever de prestar contas de seus atos e assumir responsabilidade por eles.

d) o Estado deve assegurar serviços mediante uma postura empreendedora.

e) o agente público deve prestar contas de seus atos e atribuir aos cidadãos a responsabilidade por eles.

22. Conforme a abordagem do Banco Mundial sobre boa governança, assinale a alternativa que não corresponde a um de seus princípios (EXCETO):

- a) equidade
- b) responsabilidade
- c) legitimidade
- d) sigilo
- e) probidade

23. No campo da análise de políticas públicas, quando tanto os custos quanto os resultados conseguem ser expressos em valores monetários, utiliza-se a:

- a) Análise Efetividade-Benefício
- b) Análise Efetividade-Custo
- c) Análise Custo-Efetividade
- d) Análise Benefício-Efetividade
- e) Análise Custo-Benefício

24. No ciclo de políticas públicas, existe uma modalidade de avaliação realizada enquanto a política ainda está em execução, com a finalidade de acompanhar seu progresso, gerar aprendizados sobre o processo e promover ajustes para aprimorar a implementação e o desenvolvimento. Essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Ex Ante
- b) Avaliação In Itinere
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação Posterior

LEGISLAÇÃO**Rodrigo Bet**

25. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece objetivos, fundamentos e princípios que orientam o tratamento de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro. À luz da LGPD, assinale a alternativa correta.

- a) A LGPD tem como objetivo exclusivo a proteção da privacidade, afastando qualquer preocupação com o desenvolvimento econômico, tecnológico ou com a livre iniciativa.
- b) A autodeterminação informativa, o respeito à privacidade e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem constituem fundamentos da LGPD.
- c) Os princípios da LGPD restringem-se à finalidade e à segurança, sendo inaplicáveis os princípios da transparência e da responsabilização.
- d) A proteção ao livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural não integra os objetivos da LGPD, limitando-se a lei à tutela de dados sensíveis.
- e) A livre concorrência e a defesa do consumidor são incompatíveis com a proteção de dados pessoais e, por isso, não integram os fundamentos da LGPD.

26. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) disciplina as hipóteses em que deve ocorrer o término do tratamento de dados pessoais, estabelecendo critérios objetivos voltados à proteção dos direitos do titular e ao atendimento do interesse público. Considerando o regime jurídico previsto na LGPD, especialmente o art. 15, assinale a alternativa correta.

- a) O término do tratamento de dados pessoais depende exclusivamente de manifestação expressa do titular, sendo irrelevante a verificação do cumprimento da finalidade inicialmente informada.
- b) O encerramento do tratamento ocorre automaticamente com a revogação do consentimento pelo titular, ainda que subsistam fundamentos legais ou interesse público que autorizem a continuidade do tratamento.

c) O tratamento de dados pessoais poderá ser encerrado quando verificada a finalidade para a qual os dados foram coletados, quando estes deixarem de ser necessários ou pertinentes, pelo fim do período de tratamento, por comunicação do titular ou por determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

- d) A Autoridade Nacional de Proteção de Dados somente poderá determinar o término do tratamento após decisão judicial transitada em julgado que reconheça a violação à LGPD.
- e) O fim do período de tratamento não constitui hipótese legal de encerramento do tratamento de dados pessoais, devendo os dados ser mantidos enquanto houver possibilidade de uso futuro.

27. A Lei Estadual nº 14.804/2020, ao disciplinar o acesso à informação, estabelece requisitos mínimos que devem constar da decisão de classificação da informação em qualquer grau de sigilo. Considerando o disposto no art. 14 da referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) A classificação da informação prescinde de decisão formal, bastando a indicação genérica do grau de sigilo atribuído pela autoridade competente.
- b) A decisão de classificação deve indicar exclusivamente o assunto tratado e o prazo de sigilo, sendo dispensável a identificação da autoridade classificadora.
- c) A decisão de classificação poderá ser mantida em grau de sigilo diverso daquele atribuído à informação classificada, a critério da autoridade administrativa.
- d) A fundamentação da classificação independe da observância dos critérios legais, podendo basear-se exclusivamente em juízo discricionário da autoridade.
- e) A decisão que classificar informação em qualquer grau de sigilo deverá conter, no mínimo, o assunto a que se refere, o fundamento da classificação, a indicação do prazo ou do evento que defina o termo final do sigilo e a identificação da autoridade que a classificou.

28. O Decreto nº 49.265/2020, do Estado de Pernambuco, regulamenta a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito da Administração Pública estadual, definindo competências dos órgãos e atribuições do encarregado pelo tratamento de dados pessoais. Considerando o disposto no referido decreto, assinale a alternativa correta.

- a) Compete exclusivamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a designação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo estadual.
- b) Os órgãos da estrutura administrativa do Poder Executivo estadual não exercem atribuições típicas de controlador de dados pessoais, limitando-se à execução de orientações federais.
- c) A elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais é facultativa, dependendo de determinação expressa da ANPD.
- d) O encarregado pelo tratamento de dados pessoais deve ser designado por ato próprio, possuir qualificações adequadas à função e estar subordinado diretamente ao dirigente máximo do órgão ou entidade.
- e) O fornecimento de termos de uso, manuais de instruções e treinamentos aos operadores é atribuição exclusiva das áreas jurídica e tecnológica, não competindo ao órgão controlador.

29. A Lei de Acesso à Informação (LAI) institui o dever de transparência ativa, impondo aos órgãos e entidades públicas a divulgação espontânea de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de solicitações. À luz da LAI, assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos públicos devem divulgar, no mínimo, informações sobre competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades, horários de atendimento ao público, despesas, procedimentos licitatórios (inclusive editais e resultados), contratos celebrados e dados

para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras.

- b) A divulgação de procedimentos licitatórios restringe-se aos editais, sendo dispensada a publicação de resultados e contratos celebrados.
- c) A transparência ativa limita-se à divulgação de dados institucionais básicos, sendo vedada a publicação de informações sobre despesas, contratos e procedimentos licitatórios.
- d) As respostas a perguntas frequentes da sociedade somente devem ser disponibilizadas mediante requerimento formal do interessado.
- e) A transparência ativa é facultativa e depende de regulamentação específica de cada ente federativo para produzir efeitos.

30. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI), o pedido de acesso à informação deve ser atendido em prazo legalmente estabelecido, observadas determinadas providências por parte do órgão ou entidade pública. Considerando o prazo para atendimento e as obrigações da Administração, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão público dispõe de prazo máximo de 30 dias, improrrogável, para responder ao pedido de acesso à informação, ainda que a informação esteja disponível de imediato.
- b) Como regra geral, o acesso à informação deve ser concedido de imediato e, não sendo possível, o órgão terá até 20 dias para responder, prorrogáveis por mais 10 dias, desde que haja justificativa expressa.
- c) A prorrogação do prazo para resposta ao pedido de acesso à informação independe de justificativa e pode ser concedida automaticamente pela Administração.
- d) Caso o órgão público não detenha a informação solicitada, deverá simplesmente indeferir o pedido, sem necessidade de indicar o órgão competente.
- e) A recusa total ou parcial do acesso à informação dispensa a indicação das razões de fato ou de direito que a fundamentam.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

31. No que se refere ao sistema de controle de constitucionalidade adotado no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é exercido apenas pelo Supremo Tribunal Federal, limitando-se às ações diretas de inconstitucionalidade e às ações declaratórias de constitucionalidade.
- b) No âmbito do controle difuso, compete ao Congresso Nacional suspender a eficácia de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão dotada de efeito vinculante.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é cabível quando há inércia do Poder Público quanto à efetivação de normas previstas na Constituição Federal.
- d) O controle preventivo de constitucionalidade é atribuição exclusiva do Presidente da República, por meio do voto a projetos de lei que entenda contrários à Constituição.
- e) Qualquer cidadão possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

32. Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre a finalidade dos sistemas de controle interno no âmbito da administração pública:

- a) Realizar auditorias internas de forma independente, substituindo as atribuições dos Tribunais de Contas.
- b) Auxiliar no planejamento estratégico dos órgãos públicos, garantindo maior eficiência administrativa.
- c) Apoiar o controle externo no exercício de sua função institucional, contribuindo para a

fiscalização e o acompanhamento da gestão pública.

- d) Centralizar as decisões administrativas, reduzindo a necessidade de atuação do controle externo.
- e) Julgar, em primeira instância, a regularidade da concessão de aposentadorias e pensões civis.

33. À luz das disposições constitucionais e das normas que regem a carreira da magistratura, especialmente no que se refere à remoção a pedido e à permuta de magistrados, assinale a alternativa correta:

- a) A remoção requerida por magistrado independe de apreciação por órgão colegiado, sendo suficiente a manifestação de vontade do interessado.
- b) É admissível a permuta entre juízes de mesma entrância, ainda que pertencentes a tribunais distintos dentro do mesmo segmento de justiça, desde que observados critérios objetivos e deliberação do órgão colegiado competente.
- c) A permuta de magistrados restringe-se aos juízes vinculados ao mesmo tribunal, sendo vedada entre aqueles integrantes de órgãos jurisdicionais diversos, mesmo que pertencentes ao mesmo segmento da Justiça.
- d) A remoção a pedido pode ser deferida para comarca vinculada à tribunal diverso, desde que haja equivalência de entrância.
- e) A remoção a pedido e a permuta de magistrados são realizadas exclusivamente por meio de sorteio, como forma de assegurar a imparcialidade do procedimento.

34. Sobre o instituto da Súmula Vinculante, previsto no art. 103-A da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A Súmula Vinculante é aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante decisão de maioria simples de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, e possui efeito vinculante apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário.
- b) A Súmula Vinculante tem como objetivo resolver controvérsias constitucionais que acarretem grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos, sendo aplicável exclusivamente à administração pública direta.
- c) A aprovação, revisão ou cancelamento de uma Súmula Vinculante pode ser provocada por qualquer cidadão, desde que demonstre interesse jurídico na matéria.
- d) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar uma Súmula Vinculante, cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que poderá anular o ato ou cassar a decisão reclamada, determinando que outra seja proferida.
- e) A Súmula Vinculante, uma vez publicada, não pode ser revista ou cancelada, salvo por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal.

35. No que se refere ao Poder Executivo e às atribuições constitucionais do Presidente da República, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No exercício da função de Chefe de Estado, compete ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- b) A celebração de tratados, convenções e atos internacionais, desde que sujeitos a referendo do Congresso Nacional, constitui atribuição típica do Presidente da República como Chefe de Estado.
- c) No desempenho da função de Chefe de Governo, cabe ao Presidente da República nomear os magistrados nos casos previstos na Constituição Federal, bem como o Advogado-Geral da União.
- d) O exercício da direção superior da administração federal, ainda que realizado com o auxílio dos Ministros de Estado, configura atribuição própria do Presidente da República como Chefe de Estado.
- e) Compete ao Presidente da República, enquanto Chefe de Governo, prover e extinguir cargos públicos federais, observados os limites e condições estabelecidos em lei.

36. Sobre a aplicabilidade e a eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e mediata, pois dependem de regulamentação posterior para que produzam integralmente seus efeitos.
- b) As normas de eficácia plena admitem limitações impostas por normas infraconstitucionais quanto ao seu alcance e aplicação.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida não têm aplicabilidade imediata, já que necessitam de complementação legislativa.
- d) As normas programáticas, por seu caráter principiológico, não produzem efeitos jurídicos imediatos.
- e) Toda norma de direito fundamental apresenta eficácia plena, independentemente de regulamentação infraconstitucional.

37. No que se refere ao processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) A matéria objeto de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou considerada prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal pode ser emendada por proposta subscrita por um terço das assembleias legislativas dos Estados e do Distrito Federal, desde que aprovada, em cada uma delas, pela maioria relativa de seus integrantes.
- c) As medidas provisórias terão a tramitação iniciada no Senado Federal.
- d) As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, mediante delegação solicitada exclusivamente à Câmara dos Deputados.
- e) Denomina-se “contrabando legislativo” a inserção de emenda parlamentar com conteúdo estranho ao projeto de lei de conversão de medida provisória.

IV. O protocolo de intenções deverá conter, entre outros elementos, as finalidades do consórcio, o prazo de duração e os critérios de repartição de encargos entre os entes consorciados.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

39. À luz do regime jurídico aplicável aos cargos públicos, empregos públicos e funções públicas, analise as assertivas a seguir:

- I. O cargo público é ocupado por servidor público, possui regime jurídico estatutário e, como regra geral, seu provimento depende de aprovação prévia em concurso público.
- II. O emprego público é ocupado por empregado público, regido predominantemente pela legislação trabalhista, sendo o concurso público exigido como regra para sua investidura.
- III. A função pública não corresponde nem a cargo nem a emprego público, podendo abranger funções de confiança e hipóteses de contratação temporária, que, em regra, não exigem concurso público prévio.
- IV. Tanto o cargo público quanto o emprego público pressupõem vínculo contratual entre o agente e a Administração Pública, diferenciando-se apenas pelo regime jurídico aplicável.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

38. À luz do disposto na Lei nº 11.107/2005, analise as seguintes assertivas sobre os consórcios públicos:

- I. O consórcio público poderá adquirir personalidade jurídica de direito público, hipótese em que integrará a administração indireta dos entes consorciados.
- II. A constituição do consórcio público exige a celebração de contrato, precedida da aprovação do protocolo de intenções pelos Poderes Legislativos dos entes consorciados.
- III. O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado estará sujeito, integralmente, às normas de direito privado, inclusive quanto à realização de licitações e à contratação de pessoal.

40. De acordo com a LINDB, quanto à vigência das leis, é correto afirmar que:

- a) A lei começa a vigorar em todo o país após 45 dias da publicação oficial, salvo disposição contrária expressa no próprio texto legal.
- b) A lei brasileira, quando admitida em país estrangeiro, entra em vigor imediatamente após sua publicação no Brasil.
- c) A republicação de lei para correção de erro material, ainda que antes de sua vigência, não interfere no prazo originalmente fixado de vacatio legis.
- d) A correção de texto de lei já em vigor implica reinício do prazo de vacatio legis, contado a partir da nova publicação.
- e) A contagem do prazo de vacatio legis inicia-se a partir da data de promulgação da lei, independentemente de publicação oficial.

41. À luz da Lei nº 11.781/2000 do Estado de Pernambuco, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual, assinale a alternativa correta quanto aos direitos e deveres do administrado.

- a) O administrado tem o dever de expor os fatos conforme a verdade, mas pode deixar de prestar informações solicitadas quando entender que isso possa prejudicar seus interesses.
- b) Entre os deveres do administrado está o de proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, bem como o de não agir de modo temerário no curso do processo administrativo.
- c) O direito de apresentar documentos restringe-se ao momento inicial do processo administrativo, não sendo admitida sua juntada em fase posterior.
- d) O administrado não possui direito de ter vista dos autos, tratando-se de faculdade concedida discricionariamente pela Administração Pública.
- e) A representação por advogado é obrigatória em todos os processos administrativos estaduais, sob pena de nulidade dos atos praticados.

42. Quanto à destinação dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens de uso comum do povo são destinados à prestação direta de serviços públicos específicos, dependendo de autorização administrativa para sua fruição.
- b) Os bens de uso especial caracterizam-se por não possuírem destinação pública específica, podendo ser livremente alienados pela Administração.
- c) Os bens dominicais não possuem destinação pública específica, integrando o patrimônio disponível do ente público.
- d) As praias, rodovias e praças públicas classificam-se como bens dominicais, pois são utilizados indistintamente pela coletividade.
- e) Os bens de uso comum do povo e os bens dominicais possuem a mesma natureza jurídica, diferenciando-se apenas quanto à forma de utilização.

43. No âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, o poder disciplinar autoriza a apuração e a aplicação de sanções em face de infrações praticadas no contexto da atividade administrativa. Considerando o conceito, o alcance e os limites desse poder, assinale a alternativa correta.

- a) O poder disciplinar no Estado de Pernambuco restringe-se aos servidores públicos estaduais efetivos, não alcançando empregados públicos ou particulares contratados pela Administração.
- b) A Administração Pública estadual possui discricionariedade absoluta para decidir se apura ou não infrações disciplinares, conforme critérios de conveniência e oportunidade.
- c) A aplicação de penalidades disciplinares no âmbito da Administração estadual pode ocorrer de forma sumária, dispensando a instauração de processo administrativo quando a infração for considerada leve.
- d) O poder disciplinar configura poder-dever da Administração Pública estadual de apurar e punir infrações funcionais praticadas por servidores e por particulares sujeitos à disciplina administrativa, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a motivação do ato sancionador.
- e) O poder disciplinar estadual decorre exclusivamente do poder hierárquico, sendo inaplicável a particulares que mantenham vínculo contratual com a Administração Pública.

44. No âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, os serviços públicos podem ser classificados segundo o modo de fruição pelo usuário e a forma de custeio. À luz da distinção entre serviços *uti singuli* (individuais) e *uti universi* (gerais), assinale a alternativa correta.

- a) Os serviços públicos de natureza *uti universi* são passíveis de fruição individualizada e admitem cobrança direta do usuário mediante tarifa, conforme o uso efetivo do serviço.

- b) A prestação de iluminação pública no Estado de Pernambuco caracteriza-se como serviço *uti singuli*, por possibilitar a identificação do usuário e a cobrança proporcional à utilização.
- c) Os serviços públicos *uti singuli* distinguem-se por serem indivisíveis e custeados exclusivamente por receitas provenientes de impostos.
- d) Os serviços públicos classificados como *uti singuli* são divisíveis, prestados de forma individual ao usuário e podem ser remunerados por taxa ou tarifa, como ocorre no fornecimento de energia elétrica.
- e) Os serviços públicos *uti universi* são prestados de forma geral à coletividade, porém admitem fruição individual mensurável e podem ser remunerados diretamente do usuário por meio de tarifa ou taxa.

45. No que se refere à prescrição na ação de improbidade administrativa, especialmente quanto às hipóteses de interrupção e suspensão, assinale a alternativa correta.

- a) A instauração de inquérito civil interrompe o prazo prescricional da ação de improbidade administrativa, fazendo com que a contagem recomece do zero.
- b) O ajuizamento da ação de improbidade administrativa suspende a prescrição pelo prazo máximo de 180 dias, aplicável apenas ao agente demandado.
- c) A instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos ilícitos suspende o prazo prescricional da ação de improbidade administrativa por até 180 dias corridos.
- d) A publicação da sentença condenatória interrompe a prescrição apenas em relação ao agente público, não alcançando terceiros envolvidos no ato ímparo.
- e) A publicação de acórdão que confirma a absolvição interrompe a prescrição apenas quanto aos atos diretamente analisados, não alcançando atos conexos.

46. No âmbito das contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir garantia do contratado, observados limites legais. Considerando as regras gerais e as exceções previstas na nova Lei de Licitações, assinale a alternativa correta.

- a) A garantia exigida nos contratos administrativos poderá corresponder a até 10% do valor inicial do contrato, independentemente da complexidade técnica ou dos riscos envolvidos.
- b) Como regra geral, a Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de garantia de até 5% do valor inicial do contrato, podendo esse percentual ser elevado em hipóteses legalmente previstas.
- c) Nos contratos que envolvam elevada complexidade técnica, a garantia poderá alcançar até 30% do valor inicial do contrato, ainda que não se trate de obras ou serviços de engenharia.
- d) A exigência de garantia é obrigatória em todos os contratos administrativos celebrados sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
- e) Em obras e serviços de engenharia de grande vulto, a Administração poderá exigir garantia superior a 30% do valor inicial do contrato, desde que devidamente motivada.

47. No âmbito da Administração Pública, os atos administrativos podem assumir diferentes naturezas jurídicas, a depender do grau de vinculação, da estabilidade e do interesse envolvido. Considerando as características da licença, da autorização e da permissão de uso de bem público, assinale a alternativa correta.

- a) A autorização administrativa constitui ato vinculado e definitivo, conferindo direito subjetivo ao particular, razão pela qual não admite revogação.
- b) A licença caracteriza-se como ato discricionário e precário, podendo ser livremente revogada pela Administração por razões de conveniência e oportunidade.
- c) A permissão de uso de bem público é ato discricionário e precário, conferido no interesse predominante do particular, podendo ser revogado unilateralmente pela Administração.
- d) A autorização administrativa é ato vinculado, praticado quando preenchidos os requisitos legais, não se sujeitando à revogação.
- e) A licença e a permissão de uso de bem público possuem a mesma natureza jurídica, distinguindo-se apenas quanto ao objeto sobre o qual recaem.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

48. Com relação à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, é correto afirmar que a sucessão:

- a) Obedece à lei do país onde os bens do *de cuius* estiverem situados.
- b) Obedece à lei do país em que se deu o óbito.
- c) Obedece à lei do país em que domiciliado o defunto.
- d) Obedece à lei brasileira, se tiver por objeto bens situados no Brasil, e qualquer parente sucessível brasileiro.
- e) Obedece à lei do domicílio do herdeiro ou legatário.

49. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Empresas individuais de responsabilidade limitada são consideradas pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito privado.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo,
- c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta dos votos dos administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- d) O Código Civil acata a possibilidade de desconsideração inversa da personalidade jurídica, assim entendida como a extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.
- e) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

50. Com relação aos bens, é correto afirmar que um terreno de marinha é considerado:

- a) Bem público de uso comum do povo, e, portanto, inalienável.
- b) Bem público de uso especial, e, portanto, não estando sujeito a usucapião.
- c) Bem público de uso especial, e, portanto, inalienável.
- d) Bem público dominical, e, portanto, inalienável, podendo, no entanto, se sujeitar a usucapião.
- e) Bem público dominical, podendo ser alienado uma vez observadas as exigências da lei, mas não estando sujeito a usucapião.

51. Com relação negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não

verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

- b) Sobre vindo a condição suspensiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe
- c) O termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito.
- d) O termo inicial não suspende nem a aquisição nem o exercício do direito.
- e) O encargo ilícito ou impossível constitui causa de invalidação do negócio jurídico.

52. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados, salvo se houver acordo entre partes.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com sua morte, reiniciando seu curso com a abertura do inventário.
- c) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- d) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, e o juiz pode suprir a alegação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

53. Sobre os embargos de declaração, é correto afirmar que:

- a) Serão opostos no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Sujeitam-se a recolhimento de preparo.
- c) Possuem efeito suspensivo.
- d) Interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- e) quando forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los á colegiadamente.

54. De acordo com o Código de Processo Civil, o litisconsórcio será unitário quando

- a) A eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- b) Pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- c) Não for obrigatório.
- d) Os efeitos da decisão proferida no processo puderem ser diferentes para cada um dos litisconsortes.
- e) O número de litigantes comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

55. De acordo com o Código de Processo Civil, a norma processual, como regra,

- a) não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- b) retroagirá, mas não será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- c) não retroagirá e não será aplicável imediatamente aos processos em curso
- d) retroagirá, e será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- e) retroagirá e será aplicável, inclusive, aos processos transitados em julgado.

56. Sobre os pedidos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo não receberá sua parte.
- b) Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, ressalvado os honorários advocatícios.
- c) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- d) É vedado formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.

e) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, os recursos

- a) Como regra, impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) São cabíveis em face de despachos.
- c) Interpostos por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- d) Podem ser interpostos pela parte que aceitar tacitamente a decisão.
- e) Interpostos por um devedor aproveitará aos outros quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns e haja solidariedade passiva.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

58. À luz do Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta acerca dos delitos cometidos contra a Administração Pública.

- a) O delito de corrupção passiva somente se aperfeiçoa com o efetivo recebimento da vantagem indevida pelo agente público.
- b) No crime de peculato, é sempre necessário que haja desvio de recursos públicos para benefício próprio do agente.
- c) O policial penal que atrasa ou deixa de realizar ato de ofício, visando atender a interesse ou sentimento pessoal, pratica o crime de prevaricação.
- d) Para a configuração do crime de concussão, é indispensável que o agente exija vantagem indevida mediante ameaça de aplicação de sanção administrativa.
- e) O crime de resistência pressupõe que o autor seja funcionário público e impeça, por meio de violência, a realização de ato legal.

59. Indique a alternativa que traduz corretamente um dos princípios basilares do Direito Penal brasileiro.

- a) O princípio da ofensividade admite a punição de condutas ainda que inexistente lesão ou risco concreto a bem jurídico protegido.
- b) O princípio da legalidade dispõe que não existe crime nem sanção penal sem previsão legal anterior.
- c) O princípio da proporcionalidade impõe a aplicação, em regra, da pena máxima cominada em lei, como forma de assegurar a efetividade da norma penal.
- d) O princípio da individualização da pena veda ao magistrado levar em conta as circunstâncias pessoais do agente na fixação da sanção.
- e) O princípio da anterioridade da lei penal autoriza a aplicação de norma penal posterior mais severa a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor.

60. No que se refere aos delitos contra a fé pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O crime de moeda falsa pode incidir tanto sobre papel-moeda de circulação nacional quanto estrangeira.
- b) Aquele que recebe moeda falsificada de boa-fé, acreditando ser verdadeira, e posteriormente a recoloca em circulação, não sofre sanção penal.
- c) O delito de falsificação de papéis públicos pode ser cometido mediante a falsificação, a fabricação ou a modificação desses documentos.
- d) No crime de falsificação de selo ou sinal público, se o autor for servidor público e praticar a infração valendo-se do cargo, a pena será aumentada de um sexto.
- e) Para fins penais, no crime de falsificação de documento público, equiparam-se a documento público aqueles expedidos por entidade paraestatal, bem como títulos ao portador ou transferíveis por endosso, ações de sociedades comerciais, livros mercantis e testamentos particulares.

Discursiva 1

Situação Hipotética

A 3^a Câmara Cível de um Tribunal de Justiça Estadual, ao julgar um recurso de apelação em 2025, deparou-se com a aplicação de uma lei municipal que instituía uma taxa de iluminação pública. Os desembargadores do órgão fracionário, por unanimidade, decidiram afastar a incidência da referida lei no caso concreto por entenderem que a cobrança afrontava o texto da Constituição Federal de 1988. Não obstante, o acórdão não declarou expressamente a constitucionalidade da norma, limitando-se a negar-lhe aplicação com base em princípios constitucionais. Naquela data, não havia pronunciamento anterior do Plenário daquele Tribunal ou do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade da referida lei.

Comando da Questão

Considerando as normas constitucionais e a jurisprudência sumulada do STF, analise a validade do procedimento adotado pela 3^a Câmara Cível e indique a medida judicial cabível para impugnar tal decisão diretamente na Corte Suprema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Situação Hipotética

Em 2025, uma Secretaria Estadual de Saúde planeja contratar um sistema informatizado inédito para a gestão de prontuários integrados com o uso de inteligência artificial. O órgão enfrenta um óbice: não existem soluções prontas no mercado que atendam às especificidades da rede local, e a equipe técnica interna não possui o conhecimento necessário para definir, isoladamente, os requisitos técnicos e a arquitetura de dados mais eficiente para o projeto. Diante da alta complexidade e da necessidade de inovação, o gestor cogita utilizar o Diálogo Competitivo para estruturar a futura contratação.

Comando da Questão

Com base na Lei 14.133/2021, analise a viabilidade jurídica da utilização da modalidade Diálogo Competitivo para o caso narrado e identifique as exigências legais relativas à composição do órgão responsável pela condução do certame.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>